

## Desafios da exploração e comercialização do cipó-titica no Amapá

Marina Souza Tavares Batista<sup>1</sup>, Débora Dalmolin Ciarnoschi<sup>2</sup>, João Nelson Nascimento Silva Júnior<sup>3</sup>, Ana Cláudia Lira-Guedes<sup>4</sup> e Marcelino Carneiro Guedes<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Ambientais, bolsista do projeto Kamukaia na Embrapa Amapá, Macapá, AP

<sup>2</sup> Graduada em Engenharia Florestal, colaboradora da Embrapa Amapá, Macapá, AP

<sup>3</sup> Engenheiro Florestal, mestrando em Biodiversidade Tropical, colaborador da Embrapa Amapá, Macapá, AP

<sup>4</sup> Engenheira-agrônoma, doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, pesquisadora da Embrapa Amapá, Macapá, AP

<sup>5</sup> Engenheiro florestal, doutor em Recursos Florestais, pesquisador da Embrapa Amapá, Macapá, AP

2018

IV Jornada Científica



Por ser uma fibra utilizada por artesãos locais e indústrias moveleiras, principalmente da região sul e sudeste do país, existe alta demanda por cipó-titica. Assim, o Governo do Amapá, em 2001, iniciou a elaboração de um aparato legal na tentativa de conter a exploração desenfreada do cipó. Por este motivo, objetivou-se analisar o cenário referente à comercialização e exploração de cipó-titica no Amapá. A pesquisa foi realizada em 2016, por meio de entrevistas com formulário semiestruturado, no interior dos municípios de Macapá, Mazagão, Porto Grande, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Pedra Branca. Foram entrevistados 13 agroextrativistas, 4 atravessadores e 12 artesãos. O estudo revelou que o cipó-titica foi importante complemento de renda familiar para o agroextrativista, mas dificuldades relacionadas ao licenciamento, à comercialização e ao transporte, vêm impelindo ao abandono da atividade. Alguns agroextrativistas ainda praticam a extração de forma ilegal, e, conseqüentemente ilegalidade na comercialização e no transporte. Dos atravessadores, apenas um possuía licença para transportar o cipó. A variação no preço pago pelos atravessadores aos agroextrativistas foi de R\$1,50 kg<sup>-1</sup> (com casca) a R\$ 10,00 kg<sup>-1</sup> (beneficiado – sem casca e seco). Em média, o atravessador paga ao agroextrativista R\$ 4,50 kg<sup>-1</sup> pelo cipó beneficiado. Os atravessadores vendem o cipó para os artesãos locais por R\$ 6,50 kg<sup>-1</sup>, enquanto que para compradores de outros estados, o preço sobe para R\$ 15,00 kg<sup>-1</sup>. Com isso, os artesãos locais têm dificuldade em obter matéria-prima, principalmente legalizada. Com exceção de Tartarugalzinho, a situação é agravada pela falta de local para elaborar, expor e comercializar as peças manufaturadas, obrigando-os a migrarem para outras atividades. Isso demonstra que, embora tenha havido um esforço do governo no sentido de impedir a saída do cipó in natura, continua havendo a exportação desse recurso para fora do estado, que deveria estar abastecendo o mercado interno e contribuindo para o desenvolvimento do Amapá.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP), Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pelo apoio.

**Palavras-chave:** *Heteropsis flexuosa*, manejo sustentável, licenciamento.